

AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UMA RELAÇÃO DE TRABALHO E PODER

Marilanda Jesus de Lima¹, Anderson Alves Santos², Lúcia Gracia Ferreira³, Adriana Guerra Ferreira⁴, Ineis Ferraz da Silva Félix⁵ e Valdeni de Jesus Almeida⁶

Resumo: Durante décadas presenciamos a importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro. A agricultura familiar proporciona a permanência do homem no campo, geração de renda e sustentabilidade ambiental através da agroecologia. Se levarmos em consideração o local onde a agricultura familiar acontece perceberemos que ela está vinculada a sustentabilidade socioambiental, ligadas as relações de trabalho e poder. Assim, procuramos investigar, na trajetória histórica, as relações estabelecidas entre a agricultura familiar e a sustentabilidade socioambiental. O trabalho do produtor rural se constitui a partir da cultura estabelecida na localidade em que moram. As relações de poder são estabelecidas pelas próprias famílias. Portanto, cabem as famílias definirem o tipo de desenvolvimento que querem ter e se tratando de agricultura familiar, o mais indicado é um tipo de desenvolvimento que leve em consideração a sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: agricultura familiar; sustentabilidade; trabalho; poder.

Abstract: During decades we witnessed the importance of the family agriculture in the Brazilian agricultural context. The family agriculture provides the man's permanence in the field, generation of income and environmental sustainability through the agroecologia. If we take in consideration the place where the family agriculture happens will notice that she is linked the sustainability socioambiental, linked the work relationships and power. Like this, we tried to investigate, in the historical path, the established relationships between the family agriculture and the sustainability socioambiental. The work of the rural producer is constituted starting from the established culture in the place in that you/they live. The relationships of power are established for the own families. Therefore, the families fit define the development type that you/they want to have and if treating of family agriculture, the most suitable is a development type that light in consideration the sustainability socioambiental.

Keyword: family agriculture; sustainability; work; power.

¹ Agrônoma pela UESB/ Vit. da Conquista. Pós-graduanda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UESB/Itapetinga.

² Economista pela UESC. Especialista em Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB/ Itapetinga. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

³ Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Especialista em Linguagem: pesquisa e ensino pela UESB/ Vit. da Conquista. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia

⁴ Graduanda em Matemática pela UESC.

⁵ Graduanda em Pedagogia pela UESB/Itapetinga.

⁶ Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Pós-graduanda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UESB/Itapetinga.

1. Introdução

Durante décadas presenciamos a importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro. Além da sua representação no mercado brasileiro, ela ainda possibilita a permanência do homem no campo, diminuindo o êxodo rural e proporciona a aplicação de um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável, através da agroecologia. Esse crescimento ainda proporciona melhor qualidade de vida e ascensão social, ampliando as relações de poder da agricultura familiar conseguida através do trabalho do produtor rural. Assim, procuramos investigar, na trajetória histórica, as relações estabelecidas entre a agricultura familiar e a sustentabilidade socioambiental.

2. O contexto da agricultura familiar e da sustentabilidade socioambiental

Como um sistema predominante hoje no mundo inteiro, o Brasil tem 30% de sua produção nacional originada da agricultura familiar, onde 80% do número total de estabelecimentos agrícolas estão inseridos no contexto da agricultura familiar, ficando a Região Nordeste com 50% desta totalidade de estabelecimentos. O segmento familiar, por apresentar sistemas de produção mais intensivos, permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de empregos por unidade de área, ou seja, na agricultura patronal são necessários 60 hectares para a geração de um emprego, na agricultura familiar bastam apenas 9 hectares.

Para dar respaldo técnico e científico à agricultura familiar, instituições como a Embrapa trabalham com pesquisas de 31 tipos de produtos direcionados a esse segmento, além de ter ações voltadas para a comunidade indígena: atualmente dez tribos são contempladas com atividades de sua autoria, observando aí uma conduta de caráter étnico, contemplando um povo que há muito se encontra a mercê de uma sociedade e sistema altamente excludente e preconceituosa.

Agricultura familiar não significa pobreza, ao contrário, é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados pela família, diminuindo assim uma marca viva dentro do sistema capitalista: patrões X empregados. Aqui, no sistema de agricultura familiar, todos são patrões e empregados de si próprios ao mesmo tempo.

Sabe-se que, em geral, os pequenos agricultores trabalham vários cultivos simultaneamente na mesma área, ou seja, fazem o uso da terra sem o conhecimento de uma agricultura ambiental de fato. Há aí uma postura ambiental notória, visto que estamos tratando de um modelo que diversifica as culturas cultivadas para diluir custos ao mesmo tempo em que aumenta a renda e aproveita as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra, ou seja, um aumento de benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Ainda aproximadamente 80% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar são 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Só os dados quantitativos ao universo de pessoas, área ocupada e produtos envolvidos na atividade já seriam suficientes para justificar a elaboração pública que visam ao fortalecimento da agricultura familiar. Sua importância é ainda maior considerando-se que cria oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversifica a

atividade econômica e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios.

A agricultura familiar possui peso representativo bastante forte no Brasil. A atividade mobiliza 14 milhões de pessoas, equivalente a 60% dos trabalhadores na agricultura. Os pequenos estabelecimentos representam 80% das propriedades rurais, 25% das terras cultivadas e geram 35% da produção agrícola nacional. Uma diversidade de alimentos, em especial aqueles que são a base da dieta do povo, originam-se das pequenas propriedades familiares. Estudos estimam que cerca de 31% do arroz, 70% do feijão e 49% do milho venham da agricultura familiar.

Um dos grandes desafios que se coloca hoje é como fazer com que o conhecimento chegue ao pequeno produtor e, ainda mais, que chegue sem demora. A EMBRAPA já possui algumas experiências nesse sentido que deram certo.

Como todos os novos paradigmas, o conceito de desenvolvimento sustentável passa também, por questionamentos. Uma dessas críticas é formulada por Moreira (1999) quando afirma que o desenvolvimento sustentável “traz implícita a idéia de que a solução por meio da técnica é possível”. E mais, que o problema é apenas a questão do desenvolvimento de tecnologias adequadas e que nada garante que os benefícios deste paradigma trarão ganhos para os “setores sociais historicamente subalternos, como é o caso da agricultura familiar”. A sustentabilidade continuará carregando elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social (MOREIRA, 1999). Contrapondo a essas críticas Ehlers (1999) afirma que “a erradicação da pobreza e da miséria deve ser um objetivo primordial de toda humanidade” e que a prática sustentável envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente. A técnica é um meio necessário à condução do desenvolvimento sustentável.

No contexto da procura por uma sustentabilidade tanto social, como econômica e ecológica, a agricultura situa-se como uma área crucial para o desenvolvimento humano. A agricultura moderna não é sustentável por ter se desligado da lógica dos sistemas vivos naturais e as conseqüências tornam-se cada vez mais visíveis, com a exaustão dos solos, consumo elevado de energia e água e o uso de agrotóxicos, não degradando somente o meio ambiente e empobrecendo a biodiversidade, mas também causando enorme desigualdade social no campo, com altos lucros para poucos donos das multinacionais da agroindústria, que controlam o mercado, marginalizando milhões de pequenos agricultores (LUTZENBERGER, 2002). Este processo levou ao abandono dos métodos tradicionais de cultivo, que evitava a monocultura e protegia os solos, intercalando as culturas, dando espaço para predadores naturais, mantendo o equilíbrio da cadeia alimentar.

No desenvolvimento da agricultura sustentável a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) fazem algumas recomendações. Primeiramente, faz-se necessário programar uma política científica e tecnológica “especialmente em sistemas integrando agricultura e pecuária, em produtos tradicionais” e nos produtos dependentes de muita mão-de-obra (FAO/INCRA, 1994).

A questão da agricultura associada ao desenvolvimento sustentável está em mesmo nível de significância, trazendo aí um meio de vida onde se vive melhor, produz mais, e ao mesmo tempo há conservação em maior escala. Porquanto, várias são as trincheiras de luta da construção de uma agricultura familiar que seja capaz de superar a pobreza rural, alicerçada com bases agroecológicas de produção e que sejam capazes de chegar próximo da sustentabilidade.

Nesse sentido, percebemos atualmente que há um esforço, por parte de alguns, em resgatar a importância da agricultura familiar no contexto social. Há uma maior preocupação com o meio ambiente, com a qualidade de vida e com o desemprego nas cidades o que reforçou esse resgate (STROPASOLAS, 2006).

3. Agroecologia

A agricultura familiar proporciona a permanência do homem no campo, geração de renda e sustentabilidade ambiental através da agroecologia. Se levarmos em consideração o local onde a agricultura familiar acontece perceberemos que ela está vinculada a sustentabilidade socioambiental, ligadas as relações de trabalho e poder.

Agroecologia é uma proposta aberta, sendo o conhecimento partilhado socialmente e aplicado em diferentes condições. Contrapõe-se à tendência de convencionalização. A amplitude dos princípios necessita da ação humana para as adequações locais. Podem ser um fator de estancamento da pressão degradadora e potenciador de uma gradual regeneração dos recursos naturais, possibilitando a permanência do homem e a manutenção de um meio rural vivo.

Mais que produção agroecológica é processo de recuperação ambiental e social com o manejo para a recuperação de recursos naturais degradados, sucessões vegetais, incremento da biodiversidade, regularização do regime de águas, melhoria das condições dos solos, melhoria do padrão de alimentação da família e dos alimentos comercializados, portanto, uma agricultura regenerativa. Com um processo evolutivo de recuperação de conhecimento e afirmação da cultura.

A agroecologia do futuro deve ser tanto sustentável quanto altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana. O que se requer não é abandonar as práticas convencionais como um todo e sim que ela se construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional e conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Valorizam o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Temos que ter a consciência que o desafio para fazermos avançar o enfoque agroecológico, ainda são muito grandes e complexos, mas não são, de forma nenhuma intransponíveis. Ainda a Agroecologia enfatiza a necessidade de estudar tanto as partes como o todo. Considerando que o todo é maior que a soma de suas partes seja amplamente reconhecida (Capra, 2000).

4. Qualidade de vida: relações de trabalho e poder

Nesses impasses e conflitos em busca de respostas para tantos dos problemas em nosso meio nos deparamos com a discussão de Adriano *et. al.* (2000, p. 54) de que qualidade de vida refere-se diretamente a bem-estar social que está diretamente ligada às questões do meio em que vivemos:

....a qualidade de vida de uma população depende de suas condições de existência, do seu acesso a certos bens e serviços econômicos e sociais: emprego e renda, educação básica, alimentação adequada, acesso a bons serviços de saúde, saneamento básico, habitação, transporte de boa qualidade etc.

Assim, entendemos que saúde e qualidade de vida estão ligadas. Então, para se ter qualidade de vida é preciso ter também saúde. Rufino Netto (1994 apud MINAYO *et. al.*, 2000, p. 8) na abertura do 2º Congresso de Epidemiologia, refere-se assim a qualidade de vida:

Vou considerar como qualidade de vida boa ou excelente aquela que ofereça um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas: viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciência ou artes.

Minayo *et. al.* (2000, p. 8) ainda completa dizendo que:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

Quanto a agricultura familiar esta já foi considerada um segmento marginal e de pouca relevância para os interesses econômicos de uma sociedade capitalista, que vislumbra lucro em cima da chamada agricultura de grande porte ou de exportação, com plantios voltados à monocultura. No entanto, existem iniciativas que colocam em xeque este modelo de desenvolvimento inspirado nos países de cultura ocidental que ocupam uma posição hegemônica em relação ao processo civilizatório (GIDDENS,1991).

As evidências denunciam que, no Brasil, há graves problemas de agressão ao meio ambiente em curso, oriundos da concentração de riquezas que amplia os índices de pobreza, semeiam a ignorância, o desemprego, a violência, as doenças e mortes (CARMO, 2000). Nesse contexto, autores têm identificado o atual estágio da modernidade como modernidade crítica (TOURAINÉ,1994).

Investir na melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores familiares foi umas das diretrizes gerais do PRONAF, 1996. Estes agricultores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e serviços prestados. A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua maior inserção no mercado, tem impacto importante no interior do país e, por conseqüência, nas médias e grandes metrópoles (WANDERLEY, 2001), trazendo aí um meio de vida onde se vive melhor, produz mais, e ao mesmo tempo há conservação do ambiente natural.

A agricultura familiar é valorizada também como segmento gerador de emprego e renda de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, o que resultaria na fixação de parte da população no campo. Nestes termos, ao atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade, esta forma de produção é reconhecida, no discurso governamental, como alternativa economicamente produtiva” e politicamente correta.

Analisando o meio rural a partir da agricultura familiar, percebe-se que o padrão produtivo determina mudanças significativas no ambiente e na qualidade de

vida dos agricultores. É fundamental que mudanças ocorram de forma sincronizada com as transformações conceituais, estruturais e comportamentais em curso, influenciando o comportamento e orientando as ações dos agricultores (FREIRE, 2001).

O trabalho do produtor rural se constitui a partir da cultura estabelecida na localidade em que moram. As relações de poder são estabelecidas pelas próprias famílias. Portanto, cabem as famílias definirem o tipo de desenvolvimento que querem ter e se tratando de agricultura familiar, o mais indicado é um tipo de desenvolvimento que leve em consideração a sustentabilidade socioambiental.

A cultura identifica os trabalhadores rurais. Eles já estabeleceram uma identidade cultural. A medida que eles tem melhor qualidade de vida conseguida através da renda do trabalho que optaram fazer eles adquirem “poder”. Moita Lopes (1996) diz que existe uma relação entre imperialismo e cultura. Sabemos que o imperialismo (neo-colonialismo) do século XIX visava colonizar os povos mais pobres, considerados não civilizados. Ainda Moita Lopes continua dizendo que “controlar a cultura é controlar o poder (p. 47)”. A agricultura familiar tem crescido muito nas últimas décadas e isso tem revelado que é possível sim ter qualidade de vida, pois vê-se que de certa forma esses trabalhadores rurais, essas famílias que desenvolvem esse tipo de agricultura tem estado numa escala de poder significativa.

Verifica-se a qualidade de vida dos produtores, avaliando índices resultantes da agregação de indicadores como: educação, saúde, habitação, aspectos sanitários, lazer e posse de bens duráveis.

5. Reflexão sobre as políticas econômicas

As políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram, no Brasil, a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. Neste contexto, a articulação entre Agricultura Familiar e um sistema sustentável mostra perspectivas de uma nova organização socioeconômica para viabilizar a vida no campo. Dentro desse contingente está um público grande e heterogêneo, demandando tratamentos diferenciados.

Os instrumentos das políticas públicas direcionadas para o setor agrícola sempre estiveram, nas últimas décadas tem se mobilizados em torno do agronegócio exportador. Assim a pesquisa agropecuária esteve exclusivamente orientada para colocar o conhecimento científico e o uso dos recursos naturais a serviço da produção extensiva de monoculturas, de renda por unidade de área e de capital empregado. Neste contexto, as políticas públicas, nem a pesquisa agropecuária promoveram a conservação e a reprodução das condições ecológicas de produção (EHLERS, 1999).

Historicamente, no Brasil, as políticas econômicas sempre foram altamente desfavoráveis à Agricultura Familiar. Mesmo representando a maioria expressiva dos estabelecimentos rurais no país e sendo a grande responsável pelo abastecimento interno, mas ultimamente vem sofrendo sistematicamente com as graves conseqüências resultantes do abandono e descaso dos Governos. Esse quadro agravou-se a partir dos anos 90, com o avanço da visão neoliberal, que encolhe as funções sociais do Estado, reduz as políticas públicas para a agricultura, particularmente de base familiar, expondo-a ao processo da “globalização negativa”,

a uma dinâmica de competição desigual, gerando exclusão e ampliação das desigualdades sociais.

É preciso enfatizar que poucos estudos têm medido o impacto ambiental e social da intensificação agroquímica. Mas há evidências de que superam 10 bilhões de dólares por ano no Brasil, calculando os custos ambientais da contaminação de águas e solos, danos à vida silvestre e o envenenamento de pessoas. O agravamento ainda vai além, pois o mínimo crescimento econômico verificado ao longo dos anos de aplicação dos pacotes tecnológicos e projetos institucionais no meio rural agravaram ainda mais a concentração fundiária e de renda (BRANDENBURG, 1999).

6. Conclusão

Conforme exposto anteriormente, a agricultura familiar apresenta características que mostram sua força como um local privilegiado, propício ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas. A gestão familiar desses espaços torna-se uma alternativa concorrencial à expansão dos grandes empreendimentos chamados *agribusiness*.

Além disso, o modelo familiar de produção agrícola se difere do “sistema moderno” em função do mal uso de insumos e defensivos químicos, pois sistemas tidos como “alta produtividade” promovem resultados negativos para a sustentabilidade e, sobretudo para o bem-estar e a qualidade de vida de toda coletividade. Assim, refletir sobre a agricultura familiar e a sustentabilidade socioambiental torna-se necessário nesse novo século.

7. Referências

ADRIANO, J. R. et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?. In: **Ciênc. e saúde coletiva**, vol.5, n.1, 2000, p.53-62.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: ed. da UFPR. 1999.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

CARMO, R. B. A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 4, n. 1, nov. 2000.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca D. de Oliveira. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 93 p. (O mundo, hoje, 24).

GIDDENS, Antony. **Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

LUTZENBERGER, J. A. O absurdo da agricultura moderna. **Revista Globo rural**. Porto Alegre, maio 2004.

MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A. & BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. In: **Ciências e saúde coletiva**, vol. 5, n.1, 2000, p.7-18.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de lingüística aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagens de línguas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro – RJ: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. De UFSC, 2006.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1994.